

LEI Nº 7208, de 12 de abril de 2012.

ALTERA A CATEGORIA DO PARQUE MUNICIPAL DA ILHA DO MORRO DO AMARAL PARA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ILHA DO MORRO DO AMARAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de Joinville aprovou e ele sanciona a presente Lei:

CAPÍTULO I **DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

Art. 1º Fica alterada a categoria do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral, Unidade de Proteção Integral, criado pelo Decreto Municipal nº 6.182, de 11 de agosto de 1989, para Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, Unidade de Uso Sustentável, conforme a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, obedecendo às delimitações geográficas dispostas no art. 2º desta Lei, com os principais objetivos de:

I - preservar a natureza, garantindo a proteção de remanescente da mata atlântica, floresta ombrófila densa e seus ecossistemas associados, manguezal e lagunar (Lagoa Saguazu);

II - proteger a fauna e a flora silvestre;

III - assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida à população local, integrando os moradores no processo de desenvolvimento municipal, com incentivo ao acesso aos projetos sociais e à infraestrutura básica;

IV - disciplinar o uso e ocupação do solo, restringindo novas ocupações;

V - fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental na região;

VI - preservar e valorizar a cultura, história e tradições locais;

VII - preservar os sítios arqueológicos, denominados sambaquis, presentes na ilha e seu entorno;

VIII - garantir a exploração sustentável dos recursos naturais das populações tradicionais;

IX - valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do

ambiente, desenvolvido pelas populações tradicionais.

CAPÍTULO II

DA LOCALIZAÇÃO, DIMENSÃO E LIMITES

Art. 2º Os limites geográficos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Amaral restringem-se a ilha como um todo, totalizando aproximadamente 3.357.775,00m² (três milhões, trezentos e cinquenta e sete mil e setecentos e setenta e cinco metros quadrados) de extensão, estando entre as coordenadas: Norte 26°17'41.81"S/ 48°46'21.75"W; Sul 26°18'51.90"S/48°45'20.31"W; Leste 26°18'34.49"S/ 48°45'2.48"W; Oeste 26°17'37.39"S/ 48°46'50.25"W, conforme croqui em anexo.

§ 1º A área tem como limites físicos confrontantes: ao norte, a lagoa Saguaçu; a leste, a Ilha do Mel; a oeste o Rio Buguaçu, a sul o Rio Riacho e o Bairro Paranaguamirim.

§ 2º A área, o perímetro, suas medidas e confrontações deverão ser minuciosamente levantadas no Plano de Manejo da Unidade de Conservação, sob a supervisão do Conselho Gestor.

Art. 3º Os limites da unidade de conservação, em relação ao subsolo e ao espaço aéreo, serão estabelecidos no Plano de Manejo e, em relação ao espaço aéreo, embasados em estudos técnicos realizados pelo órgão gestor da unidade de conservação, consultada a autoridade aeronáutica competente e de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO III

DA POPULAÇÃO TRADICIONAL BENEFICIÁRIA

Art. 4º Constitui a população tradicional beneficiária, os moradores cadastrados pela FUNDEMA e que, comprovadamente, residiam na unidade de conservação em 09 de setembro de 2011.

CAPÍTULO IV

DO USO E DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA UNIDADE

SEÇÃO I

DO USO DAS ÁREAS OCUPADAS

Art. 5º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral é de domínio público, podendo existir áreas particulares em seus limites (art. 2º).

Art. 6º A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais serão regulados por contrato ou termo, em conformidade com o Plano de Manejo e com as normas que regulamentam o patrimônio da União (terrenos de marinha).

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação, mediante assinatura de termo de compromisso.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

SEÇÃO II

DAS CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE BENFEITORIAS

Art. 7º Fica proibida a construção e ampliação de benfeitoria sem autorização do órgão gestor da unidade de conservação, bem como, enquanto não atendidos os demais procedimentos de aprovação junto aos órgãos competentes.

SEÇÃO III

DAS INSTALAÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO, ENERGIA ELÉTRICA E DEMAIS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA

Art. 8º A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infraestrutura urbana em geral são admitidas e dependem da elaboração de avaliação de impacto ambiental e outras exigências legais.

SEÇÃO IV

DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE PRODUTOS, SUBPRODUTOS E SERVIÇOS

Art. 9º A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir de recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem da unidade de conservação:

I - dependerá de prévia autorização do órgão executor, ouvido o conselho deliberativo;

II - deverá ser fundamentada em estudos de viabilidade econômica e investimentos elaborados pelo órgão executor, ouvido o conselho deliberativo; e

III - sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo Único - No processo de autorização da exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços de unidade de conservação, o órgão executor deve viabilizar a participação de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se os limites estabelecidos pela legislação vigente sobre licitações públicas e demais normas em vigor.

SEÇÃO V

DAS CONDIÇÕES ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA UNIDADE

Art. 10. As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, estando sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica, desde que não coloquem em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos, voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão executor da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação;

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

Art. 11. São proibidas quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização na unidade de conservação em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

SEÇÃO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 12. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um conselho deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído, sempre que possível, de forma paritária por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, garantida nesta última a participação majoritária da população tradicional residente na área, conforme se dispuser em regulamento.

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

§ 2º A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º O mandato do conselheiro é de 2 (dois) anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 13. Compete ao conselho deliberativo:

I - elaborar o seu Regimento Interno, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua instalação;

II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI - ratificar a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;

IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade; e

X - manifestar-se sobre a exploração comercial de produto, subproduto ou serviço na unidade de conservação, bem como sobre os estudos de viabilidade econômica e investimentos elaborados pelo órgão executor.

Art. 14. As reuniões do conselho da unidade de conservação deve ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.

SEÇÃO II DO ÓRGÃO EXECUTOR

Art. 15. A administração da unidade de conservação ficará a cargo da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, como órgão executor, e será realizada de forma integrada e participativa.

Art. 16. Compete ao órgão executor:

I - convocar o conselho com antecedência mínima de sete dias;

II - prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado;

III - articular-se com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia da unidade de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais;

IV - aprovar previamente e fiscalizar a realização de pesquisas científicas na unidades de conservação;

V - receber e administrar os recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação, recursos esses que deverão ser utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção;

VI - estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos da unidade de conservação, apresentados no Plano de Manejo;

VII - aprovar previamente a instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infraestrutura urbana em geral, nos termos do art. 8º;

VIII - autorizar a exploração comercial de produto, subproduto ou serviço na unidade de conservação, elaborar estudos de viabilidade econômica e investimentos para esse fim e expedir ato regulamentando a cobrança pelo uso da imagem da unidade com finalidade comercial;

IX - autorizar a construção e ampliação de benfeitorias.

§ 1º O apoio do órgão executor indicado no inciso II não restringe aquele que possa ser prestado por outras organizações.

§ 2º A atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas unidades de conservação poderá ser transferido para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo.

SEÇÃO III

DA GESTÃO COMPARTILHADA

Art. 17. Poderá a unidade de conservação ser gerida de maneira compartilhada com organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante convênio ou contrato a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.

§ 1º A gestão compartilhada da unidade por OSCIP será regulada por termo de parceria firmado com o órgão executor, nos termos da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999 e do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

§ 2º A OSCIP com representação no conselho deliberativo não pode se candidatar à gestão de que trata o § 1º, deste artigo.

CAPÍTULO VI

DO PLANO DE MANEJO

Art. 18. O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável deve incluir medidas com o fim de promover a integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, abrangendo toda a área da unidade de conservação, e definirá:

I - as zonas de proteção integral;

II - as zonas de uso sustentável;

III - as zonas de amortecimento;

IV - os corredores ecológicos, quando convenientes;

V - a forma de introdução de animais, plantas e espécies não autóctones na unidade de conservação; e

VI - a permissão para exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços na unidade de conservação.

§ 1º O Plano de Manejo será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade, por meio de Resolução, após prévia aprovação do órgão executor.

§ 2º O Plano de Manejo deverá ser elaborado no prazo de 5 (cinco) anos após a publicação da presente Lei.

§ 3º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 4º Após a sua aprovação o Plano de Manejo ficará disponível para consulta do público na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor.

Art. 19. O Plano de Manejo poderá dispor sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas zonas de amortecimento da unidade de conservação, observadas as informações contidas na decisão técnica da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, conforme previsto na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. O Poder Público fará o levantamento e estudo para a regularização fundiária, incluindo a situação das terras de marinha, no prazo de cinco anos após a publicação desta

Lei.

Art. 21. Até que seja elaborado o Plano de Manejo da unidade de conservação devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização, limitando as atividades e obras àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade visa proteger, além de permitir às populações tradicionais residentes na área que continuem se valendo das condições e meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Fica revogado o Decreto nº 6.182, de 11 de agosto de 1989.

Carlito Merss
Prefeito Municipal

Eni José Voltolini
Diretor Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente

O anexo encontra-se disponível, ainda, no Paço Municipal